

Necessidade de Acordo

A dívida externa, combinada com o radicalismo de economistas à esquerda do PMDB, empurrou o Brasil para uma situação cujo desfecho não poderia ter sido outro: perdemos capitais externos, que no passado chegaram a representar 25% da taxa global de investimentos do país, e mergulhamos em um processo perigoso de descolamento da nossa economia em relação ao resto do mundo.

Essa fase *autárquica*, que envolveu a ilusão de podermos crescer olhando apenas para o mercado interno e o capital doméstico, isolados da tecnologia, dos capitais e do fluxo internacional de comércio, está chegando ao fim pelo esgotamento da retórica na qual se baseou. Ilhado, o Brasil reduziu sua taxa de crescimento do Produto Interno Bruto.

Com o comércio exterior freado, cortou o passo das regiões e dos setores mais modernos da indústria, com melhores níveis de salários. Sem capitais, tornou-se mais difícil tocar projetos que requerem investimentos maciços a longo prazo, como a energia elétrica, a petroquímica e outros.

A falência do modelo autárquico coincide com a crise no sistema financeiro internacional, com a queda do dólar americano e a transição política nos Estados Unidos, onde os epicentros do terremoto econômico se localizam no déficit comercial e no déficit público. Não poderíamos desejar melhor parceria nos problemas, ainda quando estejamos a léguas de distância das soluções, até porque não podemos emitir cruzados para sacar contra os bancos centrais dos outros países.

Esse cenário pode provocar a ilusão de que a insistência no isolamento, ou a participação brasileira no clube dos devedores do continente, ou do clube maior, da dívida mundial dos países em desenvolvimento, estimada em 1 trilhão de dólares, levará a algum lugar.

Não há espaço para o isolamento na situação internacional contemporânea, pois as nações que recorreram a medidas protecionistas ou a posturas

unilaterais sofrerão retaliações instantâneas. O melhor exemplo disso é a retaliação americana ao protecionismo brasileiro e ao radicalismo da lei de reserva de mercado na informática. A crise da dívida resvalará fatalmente para um processo de desgaste ainda maior no comércio exterior se prevalecerem no Brasil as correntes albanesas e falsamente nacionalistas, que querem ilhar e isolar o país, empurrando-o para a tese de uma "moratória conjunta".

O melhor caminho para o Brasil continua sendo um acordo com o Fundo Monetário Internacional, que contribua, inclusive, para um retorno à racionalidade na administração pública. Este país não agüenta acumular déficits próximos de 6% do Produto Interno Bruto, com a concentração de toda a poupança nas mãos do Estado para financiar suas necessidades, e a vertical redução de eficiência que isso acarreta.

Um acordo com o FMI não significa colocar o país à mercê dos problemas e interesses dos credores internacionais, mas uma forma de dar coerência a negociações que devem passar pelo controle das taxas de juros nos Estados Unidos, pela colaboração européia e japonesa, expandindo suas economias e pelo retorno do capital estrangeiro para investimento a longo prazo no Brasil. As lições da história mostram que o contrário levou ao protecionismo, à estagnação dos fluxos de comércio e à depressão internacional. A desvalorização da libra, quando essa moeda perdeu seu lugar como ativo financeiro para lastro internacional, depois da década de 20, traumatizou profundamente o mundo, e não apenas esse país. Eis porque cada nação deveria compreender o significado da crise atual e tentar se entrosar melhor com o resto da comunidade financeira internacional, para não sofrer mais ainda com o colapso do comércio e o fechamento das portas para o financiamento do desenvolvimento.